



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
1ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1033150-08.2019.4.01.3400

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

AUTOR: PROCURADOR DA REPUBLICA DA PROCURADORIA DA REPUBLICA NO DF

RÉU: UNIÃO FEDERAL

DECISÃO

Após a decisão id. 138955413, que concedeu parcialmente a tutela provisória requerida pelo MPF, e as intimações da União e do Diretor-Geral da PRF, a União pleiteia, por meio da petição id. 141736861, a dilação do prazo de cumprimento fixado por 10 (dez) dias corridos.

Para tanto, narra que *“tão logo a Direção da Polícia Rodoviária Federal – PRF se deparou com necessidade de se dar cumprimento ao comando judicial em relação aos equipamentos e à fiscalização, restou evidenciado um conjunto medidas complexo do ponto de vista logístico, contratual, administrativo e de orientações, a serem deflagradas em caráter nacional”*.

De tal documento, destacam-se as seguintes dificuldades administrativas: a) dificuldades de distribuição dos equipamentos, em especial para as unidades que estão localizadas nos mais diversos rincões do país; b) necessidade de providenciar manutenção e aferidos pelo INMETRO para que seja possível a utilização de acordo com as regulamentações do CONTRAN; c) necessidade de habilitação dos equipamentos nos sistemas de processamento de infrações da PRF; d) providências contratuais relacionadas ao processo de expedição das notificações de autuação e de penalidade, cuja ausência ensejaria a indesejável prescrição de notificações.

A inexistência de prazo hábil impediu a prévia manifestação do MPF sobre o requerimento da União, de forma que passo a analisá-lo.

De início, destaco que as dificuldades informadas não foram narradas pela União em sua manifestação possibilitada por este juízo antes da apreciação da tutela provisória.



Acaso tivesse a União demonstrado as dificuldades administrativas para a operacionalização do retorno às atividades de fiscalização, as mesmas teriam sido levadas em consideração para a fixação do prazo fixado na decisão id. 138955413.

Este juízo, portanto, apenas neste momento teve conhecimento dos óbices apontados.

Considero razoáveis as ponderações feitas pela PRF no OFÍCIO Nº 1255/2019/DG (id. 141736864), estando claro, ao menos por ora, não haver descumprimento da decisão que concedeu a tutela de urgência, mas, sim, dificuldades em sua concretização em razão da necessidade da prática de medidas administrativas que demandam tempo maior que o inicialmente fixado.

Por tais motivos, suspendo, por ora, o prazo inicialmente fixado para cumprimento da decisão id. 138955413 (setenta e duas horas), desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- a. Comprovação, pela União, **até o dia 17/12/2019**, da concreta prática dos atos administrativos mencionados no OFÍCIO Nº 1255/2019/DG (id. 141736864);
- b. Comprovação, pela União, **até o dia 20/12/2019**, da entrada em operação dos equipamentos nas unidades em que as providências já tomadas tenham sido suficiente para tanto;
- c. Comprovação, pela União, **até o dia 23/12/2019**, do total restabelecimento da fiscalização por meio de radares estáticos, móveis e portáteis, justificando eventual não utilização em unidades da PRF por problemas técnicos e administrativos, caso em que deverá comprovar as providências tomadas e em andamento;

Descumprida qualquer uma das condições acima fixadas, incidirá a multa já fixada por dia de atraso (R\$ 50.000,00).

Intimem-se, pessoalmente, via mandado, com urgência:

- a. a União;
- b. o Sr. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

Intime-se o MPF.

Brasília/DF.

MARCELO GENTIL MONTEIRO

Juiz Federal Substituto da 1ª Vara – SJ/DF

